

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.292 - GO (2019/0142071-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE GOIÂNIA
PROCURADOR : ARTHUR DANTAS DE ARAUJO E OUTRO(S) - GO052523
AGRAVADO : ANA MONICA COSTA
ADVOGADO : RHOBSON CAMILO PIRES E OUTRO(S) - GO042143

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE GOIÂNIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E IMAS.

- a dedução da contribuição previdenciária, Imposto de Renda e IMAS deve ser feita somente quando do efetivo pagamento, ou seja, após a expedição da ordem de quitação do montante exequendo, por precatório ou requisição de pequeno valor, cabendo à autoridade administrativa determinar os descontos legais sobre o valor bruto no momento da quitação, devendo os referidos descontos serem apurados quando do pagamento;

- não havendo que se falar em excesso de execução quando o valor executado cumpre fielmente os parâmetros da sentença. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.

Alega violação do art. 534, IV, do CPC, no que concerne à necessidade de apresentação de demonstrativo de cálculo na execução que discrimine eventuais descontos obrigatórios, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O art. 534, IV, do Código de Processo Civil determina que, no cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública, o qual substituiu a execução de título judicial prevista no antigo Código, o exequente deve apresentar demonstrativo de cálculo que discrimine "a especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados" o que reitera a possibilidade de conhecimento de ofício da presente alegação, independentemente da apresentação de cálculos, mormente por não se tratar de alegação de excesso de execução, mas sim de um descumprimento por parte do exequente de um ônus imposto pelo Código de Processo Civil (fls. 210).

Em relação a mesma tese recursal aponta, ainda, divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Quanto à apontada divergência jurisprudencial, incide o óbice da Súmula 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea 'c' do permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente qual o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Confirmam-se nesse sentido os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no AREsp n. 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp n. 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente